

CFESS Manifesta

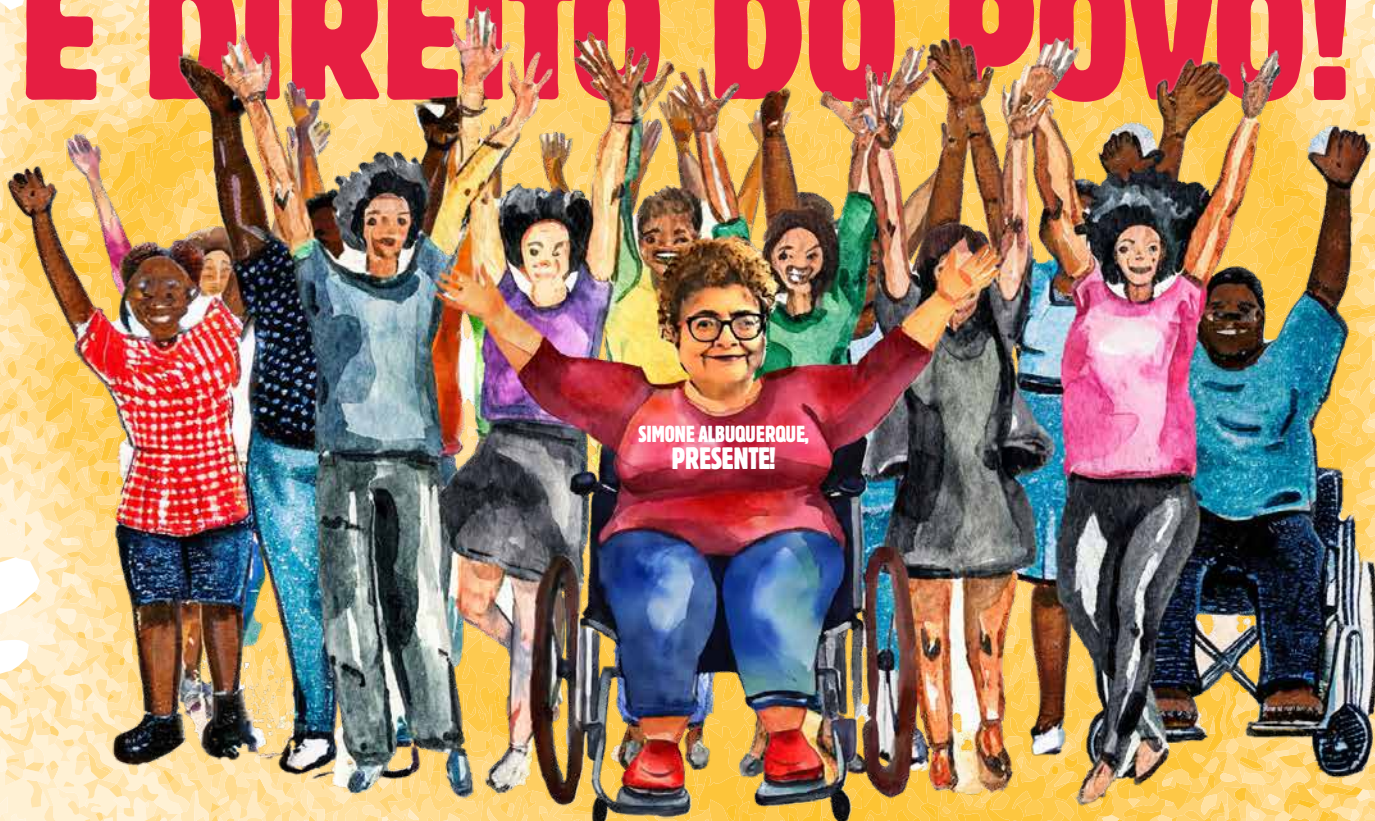
13ª Conferência Nacional de Assistência Social

Brasília (DF), 5 a 8 de dezembro de 2023

Gestão Que Nossas Vozes Ecoem Vida-Liberdade (2023-2026)



ASSISTÊNCIA SOCIAL É DIREITO DO POVO!



ASSISTENTES SOCIAIS NA LUTA

O processo conferencial é importante espaço de mobilização e controle social na defesa da política de assistência social no Brasil e momento fundamental para reafirmarmos o lugar da assistência social na seguridade social brasileira. Com o tema “Reconstrução do SUAS: o SUAS que temos e o SUAS que queremos”, a 13ª Conferência Nacional de Assistência Social imprime o “chamado” do processo conferencial que ocorre neste ano no SUAS. Já realizadas as etapas municipais e estaduais, de 5 a 8 de dezembro de 2023 ocorre a Conferência Nacional. Para reconstruir o SUAS na defesa do previsto na LOAS (que completa 30 anos em 7 de dezembro de 2023) e como política de seguridade social, é necessário demarcar, sobretudo, a luta pelo financiamento necessário às suas ofertas com qualidade. E, como assistentes sociais, algumas reflexões são necessárias, para intervenções comprometidas com a defesa de direitos e com a construção de uma nova ordem social, livre de exploração e opressões em que prevaleça a justiça social.

Uma conferência é importante espaço de participação social e imprime etapa necessária para a consolidação do controle social. É espaço democrático e de participação, de usuárias/os e trabalhadoras/es do SUAS - além de entidades e gestoras/es dessa política. Trata-se de um espaço deliberativo, em que, a partir dos eixos propostos, acontecem debates entre os segmentos para propostas de aprimoramento e implementação do SUAS. A participação de trabalhadoras/es nesse espaço é, portanto, fundamental e necessária, pois permite imprimir a compreensão do SUAS e definir posições e defesas como trabalhadoras/es dessa política. E como assistentes sociais, nos somamos a essa compreensão, reafirmando a defesa do SUAS que queremos, com investimento público, concursos públicos para composição das equipes, com condições de acompanhamento, planejamento e articulações nos serviços socioassistenciais, sem imposições e desmandos que imprimem posições autoritárias e que cerceiam direitos da população e ferem, por vezes, a autonomia profissional.





Nos últimos anos, com os recorrentes cortes nos investimentos públicos e sucateamento por meio do projeto de destruição de políticas sociais, o SUAS “que temos” está fragilizado, fragmentado, sofre recorrentes ataques com falta de investimento e disputas que barganham essa política pública. Realidade que implica em precarização da oferta de atendimentos, com equipes reduzidas frente à alta desproteção social, resultado de um Estado mínimo às necessidades sociais. Apesar de, nos últimos anos, a assistência social ter sido consolidada como política pública, campo de atuação junto às famílias e indivíduos em suas diversas fases de vida e contextos vivenciados pelas desigualdades da sociedade capitalista, racista, patriarcal e capacitista, ainda reflete espaço em disputas.

Desde o ano de 2016, com o impeachment (golpe midiático e parlamentar) de Dilma Rousseff, a política de assistência social sofre impactos da ausência de investimentos. Contexto que foi agravado com as reformas, como a da previdência (EC 103/2019) e a reforma trabalhista (Lei 13.467/2017), que impactaram diretamente na classe trabalhadora, sem condições mínimas que assegurassem as proteções sociais, como acesso à renda e a condições dignas de moradia. Não podemos deixar de também recordar o Novo Regime Fiscal, que em 2016, sob o manto da suposta “austeridade fiscal”, congelou os investimentos públicos por meio da Emenda Constitucional 95. Atualmente, o “novo arcabouço fiscal” exerce função semelhante.

As desigualdades socioeconômicas que compõem as classes sociais têm raça e gênero e apresentam complexidades nas demandas por serviços sociais básicos, o que foi escancarado na pandemia de Covid-19. Como trabalhadoras/es assistentes sociais no cotidiano dos serviços públicos, sabemos os rebatimentos vivenciados, que vão desde as estratégias adotadas para proteção social, até as crescentes demandas que se avolumaram neste contexto.

A política de assistência social vivenciou cortes diretos na oferta de serviços tipificados e específicos, muitos tiveram

que se reconfiguram para atendimento das demandas por acesso às condições mínimas de sobrevivência, seja na garantia de renda, seja no acesso aos benefícios eventuais. Nos municípios, muitas equipes que tiveram perdas, tanto por consequência da pandemia de Covid-19, como por afastamento nas funções, não foram recompostas. Realidade que impactou diretamente na oferta de serviços e nas condições concretas desses atendimentos.

A participação de trabalhadoras/es na Conferência permite imprimir a compreensão do SUAS e definir posições e defesas dessa política. E como assistentes sociais, nos somamos a essa compreensão, reafirmando a defesa do SUAS que queremos, com investimento público, concursos públicos para composição das equipes, com condições de acompanhamento, planejamento e articulações nos serviços socioassistenciais, sem imposições e desmandos que cerceiam direitos da população e ferem, por vezes, a autonomia profissional.

Os serviços do SUAS ainda convivem com efeitos desencadeados e agravados pela pandemia, como o aumento do desemprego, aumento de pessoas em situação de rua, aumento de casos de violência contra a mulher, conflitos familiares e violências no contexto doméstico, além da plataformização das políticas públicas, o que vem restringindo acesso de usuárias/os ao SUAS. O SUAS que queremos reconstruir necessita de investimento público com financiamento e orçamento previsto nas três esferas de governo para a qualificação e oferta de serviços! É necessário reconhecer o SUAS como uma política de Estado essencial na seguridade social para a proteção social e ações que garantam a

continuidade e permanência dos serviços, programas e benefícios.

E por isso, falar da defesa da assistência social é também se posicionar contra a separação de ministério como forma de moda de trocas em alianças políticas, contra a destinação de recursos da assistência social para finalidades estranhas ao SUAS, como é o caso das comunidades terapêuticas, além de critérios de acesso menos restritivos aos benefícios e programas sociais. É manifestar o SUAS que queremos: com equipes efetivas, em consonância com a NOB-RH/SUAS, com financiamento público, com serviços continuados no compromisso de todas as esferas de governo, desde municipal, estadual e federal.

Sigamos na luta pelo SUAS, marcando posição frente ao conservadorismo e pelo fortalecimento do controle social e pela participação em todas as instâncias e espaços, em busca de um SUAS cada vez mais democrático, no planejamento, na execução, na avaliação, construído com e pelas/os usuárias/os e trabalhadoras/es. Nosso posicionamento é pela defesa de ações de assistência social em todo o território nacional, com investimento público e estatal, para garantir a permanência e continuidade dos serviços do SUAS.



Nossa singela lembrança à assistente social mineira Simone Albuquerque, defensora histórica da LOAS e do SUAS. Ela faleceu aos 60 anos, em outubro de 2023. Simone, presente!



Escaneie o código para acessar o documento **Sou Assistente Social e aqui minhas Bandeiras de luta/ Ações estratégicas**



Escaneie o código para acessar a **nota conjunta do CFESS, Abepss e Enesso sobre o Arcabouço Fiscal e os impactos na classe trabalhadora e políticas sociais!**



Gestão 2023-2026
Que nossas vozes ecoem
vida-liberdade

Presidenta: Kelly Rodrigues Melatti (SP)
Vice-presidenta: Marciângela Gonçalves (AL)
1ª Secretária: Emilly Marques (ES)
2ª Secretária: Alana Barbosa Rodrigues (TO)
1º Tesoureiro: Agnaldo Engel Knevez (RS)
2º Tesoureira: Larissa Gentil Lima (MT)

CONSELHO FISCAL
Jussara de Lima Ferreira (RJ)
Angelita Rangel Ferreira (MG)
Elaine Amazonas Alves dos Santos (BA)

SUPLENTEs
Rafaella da Câmara Lobão Barroso (DF)
Ubiratan de Souza Dias Junior (SP)
Mirla Cisne Álvaro (RN)
Karen Albin (PR)
Sandra Maria Amorim da Rocha (AC)
Tales Willyan Fornazier Moreira (MG)
Adriana Soares Dutra (RJ)
Iara Vanessa Fraga de Santana (CE)
Raquel Ferreira Crespo de Alvarenga (PB)

CFESS MANIFESTA
13ª Conferência Nacional de Assistência Social

Conteúdo (aprovado pela diretoria):
Karen Albin, Rafaella da Câmara Lobão e Agnaldo Knevez
Organização: Comunicação CFESS
Revisão, arte e diagramação:
Diogo Adjuto (jornalista) e Rafael Werkema (assessor)